As cidades e a juventude: novas propostas para uma nova conjuntura

30/08/2014

GABRIEL MEDINA E WILLIAM NOZAKI

Uma nova agenda programática que considere a interface entre as cidades e as juventudes é essencial para o novo período que se abre nesse processo eleitoral.

Os governos Lula e Dilma promoveram um novo padrão de desenvolvimento socioeconômico baseado na elevação do salário mínimo, na ampliação dos programas de transferência de renda e na expansão da oferta de crédito. O resultado foi a expansão do mercado de trabalho, a melhora na distribuição de renda e a redução da pobreza e da miséria consolidando uma nova classe trabalhadora.

O adensamento dos mercados de trabalho e de consumo foi ainda estimulado por inúmeras políticas de educação e qualificação que contribuíram para a mobilidade social de parcela significativa da chamada classe C. Como não poderia ser diferente, esse avanço socioeconômico despertou novas demandas, novas expectativas e novos desejos, que se explicitaram de maneira clarividente, sobretudo, nos espaços urbanos das grandes cidades à partir das vozes da juventude.

A partir de junho de 2013, as ruas sintetizaram uma nova agenda política, que ora expressa a vontade de aprofundamento de certas mudanças, ora sugere a necessidade de o PT sanar certas lacunas programáticas. Trata-se de uma agenda programática centrada no direito à cidade, e o que antes era considerado ‘super-estrutural’ passa a ocupar o papel central no debate recente: ampliação da participação, defesa das liberdades, promoção dos direitos humanos, enfrentamento da violência policial, a implementação de uma nova política de cultura e de comunicação tornaram-se pontos fundamentais do debate. A sociedade sinaliza que quer votar em que se dispõe a fazer a disputa de valores.

Mais ainda, nas periferias, manifestações sociais como o rolezinho e expressões culturais como o funk, trazem por trás de si a reivindicação de novos direitos. A juventude não quer apenas políticas de educação e trabalho, mas quer a garantia do direito de ir e vir, quer a possibilidade de construir múltiplas trajetórias e de viver novas experiências, desfrutando do seu tempo livre, com garantia de lazer, e ocupando os espaços públicos, com diversas linguagens urbanas e culturais.

Vale registrar: o nosso eleitorado é composto por cerca de 35% de pessoas com menos de 30 anos. Esses jovens cresceram e se formaram ao longo dos três mandatos federais do PT. O passado que eles observam com mais atenção é o das décadas de 1960 e 1970, de luta contra a ditadura e pela democracia, não é o passado dos anos 1980 e 1990, de fundação do PT e de neoliberalismo. Sendo assim, para eles a disputa do presente nem sempre aparece como uma polarização entre o PT e o PSDB, mas aparece sim como uma luta do PT consigo próprio.

Uma nova agenda programática que considere a interface entre as cidades e as juventudes é essencial para o novo período que se abre nesse processo eleitoral. As juventudes desejam uma cidade com vida: inclusiva, participativa, interativa, segura, sustentável e saudável. A defesa e a promoção do espaço público precisam ser parte constitutiva da narrativa e do discurso de quem quer dialogar com esse 1/3 do eleitorado, caso contrário perderemos a parcela de juventude de classe média para os pequenos partidos de esquerda e perderemos a parcela da juventude trabalhadora e popular das periferias para aventuras irresponsáveis como a

que está sendo promovida pela candidata Marina Silva.
O projeto do PT e a candidata Dilma são os únicos com condições de levar adiante um projeto de transformação que incorpore essas novas agendas de forma efetiva, para além da retórica, mas precisam demonstrar disposição em construir novas propostas para essa nova conjuntura.
(*) William Nozaki é economista, Coordenador de Promoção do Direito à Cidade da Prefeitura do Município de São Paulo. Gabriel Medina é Psicólogo, Coordenador de Políticas para a Juventude da Prefeitura do Município de São Paulo.

Compartilhe nas redes: